

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026/SRP		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROCESSO Nº 07/2026/SEMUSA		
SETOR	Central de Licitações e Contratos – SEMAD	
TIPO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM	
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO	
ORÇAMENTO SIGILOSO	SIM	
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e suas correspondentes alterações e a Lei Complementar nº 01 de 28 de janeiro de 2025 (municipal).	
OBJETO:	Registro de preços visando futura e eventual Aquisição de Materiais Odontológicos (parte 04) para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos	
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA	
PARTICIPAÇÃO:	Os itens <b>01 ao 44</b> do termo de referência (consolidado) a participação é <b>EXCLUSIVA</b> para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	
SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	DIA	HORÁRIO
	20/07/2026	09:00 horas
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b> Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília/DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
O edital está diretamente vinculado aos documentos da fase de planejamento, como o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Risco, o Termo de Referência e a Pesquisa.		
<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:</b>		
- Central de licitações e contratos – via e-mail: <a href="mailto:licitacao@socorro.se.gov.br">licitacao@socorro.se.gov.br</a> ; - Sítio Eletrônico da Prefeitura - <a href="https://www.socorro.se.gov.br">https://www.socorro.se.gov.br</a> - Portal de disputa da sessão – <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>		



Município de Nossa Senhora do Socorro  
Sergipe

- E-mail do(a) pregoeiro(a): [luanakarolinypmns@gmail.com](mailto:luanakarolinypmns@gmail.com)

- Endereço: Central de Licitações e Contratos – Avenida Vereador João Dias da Cruz, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Centro Histórico, CEP 49150-090 – Nossa Senhora do Socorro/SE.

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026/SRP

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, com sede localizada no Centro Administrativo José do Prado Franco, na Avenida Vereador João Dias da Cruz, S/N, Centro Histórico, CEP nº 49.150-090 – Nossa Senhora do Socorro/SE, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, por sua Pregoeira, a senhora Luana Karoliny Bomfim da Silva, designada pela Portaria nº 177 de 27 de Janeiro de 2026, torna público que realizará licitação, para **Registro de Preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nº **19/2026/SRP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 001 de 28 de janeiro de 2025 (municipal) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1-DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços visando futura e eventual Aquisição de Materiais Odontológicos (parte 04) para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro/SE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um **item**, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõe.
- 1.4. O critério de julgamento adotado será **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como às eventuais adesões, são aquelas constantes da minuta da Ata de Registro de Preços, que integra o presente Edital.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. A participação na presente licitação eletrônica se dará através do **LICITANET**, disponível no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promo-

tora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Os itens **01 ao 44** do termo de referência (consolidado) a participação é **EXCLUSIVA** para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**3.6.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.8.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.8.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**3.8.10.** Pessoa Física;

**3.8.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.9.** O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico

**3.12.** O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.14.** A vedação de que trata o item 3.8.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição: (Inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021)
  - 4.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021).
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
  - 4.10.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.11.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**4.12.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário e total para os itens;

**5.1.2.** Marca;

**5.1.3.** Fabricante;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3.** Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.8.2** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**6.9** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.1.1** O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

**6.1.2.** O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas preenchidas no sistema eletrônico na forma do item 4.2, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que identifique o licitante (nos campos preenchidos no sistema eletrônico), que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

**6.1.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.1.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**6.9.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.10.** Observado o disposto no item 6.9, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

**6.10.1.** O(a) pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica via sistema.

**6.10.2.** Eventual exclusão de proposta do fornecedor, de que trata o item 6.10.1, implica a retirada do fornecedor do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**6.10.3.** Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**6.11.** O procedimento a ser adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa "aberto e fechado", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.11.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**6.18.** Na hipótese de licitação com ampla participação, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.18.1.** Nas condições do subitem anterior, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.19.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.19.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.19.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.19.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.19.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.19.2.2.** Empresas brasileiras;

**6.19.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.19.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.4.** O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.5.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.6.1. e 4.4. deste edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**7.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022).**

**7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

**7.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

**7.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação do recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Finalizada a fase de julgamento, o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, válidos, que constam no **ANEXO I** deste Edital, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam nos **subitens 11.21 ao 11.33 do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

**8.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista constam no **ANEXO I** deste Edital, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

**8.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.7.** A documentação exigida para fins de habilitação deverá ser encaminhada através de funcionalidade própria do sistema de realização da licitação ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

**8.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.9.** A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.9.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º).

**8.10.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame,

**8.10.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**8.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**8.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.16.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

## 9.1. DO REGISTRO DE PREÇOS

**9.1.1. O órgão Gestor da Ata de Registro de Preços:** Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

**9.1.2.** Secretaria responsável pela demanda: Secretaria Municipal de Saúde

**9.2.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**9.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**9.4.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**9.5.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**9.6.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**9.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.8.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**9.9.** Não será permitida a adesão de unidade não-participantes.

**9.10.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021. A prorrogação da Ata, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados e o eventual cancelamento de saldo remanescente ao término do primeiro ano, somente poderá ocorrer dentro do prazo de vigência da própria Ata e desde que atendidos os requisitos previstos no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

## 10. DOS RECURSOS

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante.

- 10.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 10.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações e Contratos, no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado na Avenida Vereador João Dias da Cruz, S/N, Bairro Centro Histórico CEP: 49150-090, Nossa Senhora do Socorro/SE.
- 10.11.** Os interessados acompanharão o processo no sítio eletrônico [www.socorro.se.gov.br](http://www.socorro.se.gov.br) e no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.
- 11.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 11.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

**11.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**11.4.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**11.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** Após a publicação da ata de registro de preços, os órgãos e entidades participantes da ata de registro de preços poderão celebrar contratações dentro do prazo de validade da ata, que terá sua vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados, com cancelamento de eventual saldo que subsista ao final do primeiro ano de vigência.

**12.2.** As Contratações formalizar-se-ão mediante a assinatura a Ordem de Fornecimento entre as unidades participantes ou pelas entidades aderentes e os fornecedores beneficiários da ata de registro de preços.

**12.3.** A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor, que deverá assiná-lo e devolvê-lo ao órgão solicitante no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da data do seu recebimento.

**12.4.** O prazo previsto para assinatura da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

**12.5.** Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

**12.6.** A Ordem de Fornecimento firmado durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços produz efeitos até o total cumprimento das obrigações pelas partes, mesmo após o término da vigência da Ata.

**12.7.** Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**13.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**13.3.** Multa:

**13.3.1.** Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

**13.3.2.** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

**13.3.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**13.3.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) até 20% do valor da contratação.

**13.3.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", até 20% (vinte por cento);

**13.3.5.** *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de até 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

**13.3.6.** *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", até 10% (dez por cento).*

**13.3.7.** *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de até 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

**13.4.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**13.5.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**13.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.8.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez por cento) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

**13.9.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

**13.9.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SicaF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas:

**13.9.2.1.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.9.2.2.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.9.2.3.** As peculiaridades do caso concreto;

**13.9.2.4.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.9.2.5.** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**13.9.2.6.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.9.3.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**13.9.4.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**13.9.5.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**13.9.6.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.9.7.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, (art. 164 da Lei 14.133/2021).

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados;

**14.3.1.** De forma eletrônica, através do sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**14.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

**14.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.socorro.se.gov.br](http://www.socorro.se.gov.br) e no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. **ANEXO I** – Documentação exigida para habilitação

15.12.2. **ANEXO II** – Termo de Referência

15.12.2.1. Apêndice 01 do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

15.12.2.2. Apêndice 02 do Anexo II – Mapa de Risco

15.12.3. **ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.12.4. **ANEXO IV** – Minuta de Termo de Contrato

Nossa Senhora do Socorro/SE, 30 de junho de 2026.

  
**Luana Karoliny Bomfim da Silva**

Pregoeira

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro/SE

## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO – PADRÃO

### 1. Habilitação jurídica:

1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldome empreendedor.gov.br](http://www.portaldome empreendedor.gov.br);

1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sede da matriz;

1.6. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no país: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

1.7. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a consolidação da versão final do ato constitutivo.

### 2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, visto que tais informações já constam no Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI a que se refere o item 1.3.

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** distritais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.8. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **3. Declarações gerais**

3.1. Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

3.3. Declaração formal atestando a inexistência de vínculo empregatício, em seu quadro de funcionários, de quaisquer servidores públicos municipais, bem como de seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
 (Processo Administrativo nº 07/2026)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de Materiais Odontológicos (parte 4) para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, sob a forma de Registro de Preços.

Item	Cod.	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	24572	<p><b>Nome:</b> "MINI INCUBADORA LABORATÓRIO AJUSTE COM INTERRUPTOR, PARA USO COM INDICADOR BIOLÓGICO TEMPERATURA ATÉ 60°C, CAPACIDADE</p> <p><b>Especificação:</b> "MINI INCUBADORA LABORATÓRIO AJUSTE COM INTERRUPTOR, PARA USO COM INDICADOR BIOLÓGICO TEMPERATURA ATÉ 60°C, CAPACIDADE DE ATÉ 5 INDICADORES BIOLÓGICOS</p>	UND	5.0000
2	24514	<p><b>Nome:</b> "LIMA K Nº 6 - 31mm CABO PLÁSTICO E PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4310, ELETRO POLIDA, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 3</p> <p><b>Especificação:</b> "LIMA K Nº 6 - 31mm CABO PLÁSTICO E PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4310, ELETRO POLIDA, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 302(304) COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, APROXIMADAMENTE, FABRICADO POR USINAGEM E CORTE PRECISO COM 08 UNIDADES. VALIDADE INDETERMINADA OU DO FABRICANTE</p>	CX	20.0000
	24520	<p><b>Nome:</b> "LIMA ROTATÓRIA UNIVERSAL 25MM DE COMPRIMENTO - FABRICADAS EM NÍQUEL-TITÂNIO, EMBALAGEM SORTIDA</p>	KIT	100.0000

3		<p>DE 06 UNIDADES</p> <p><b>Especificação:</b> "LIMA ROTATÓRIA UNIVERSAL 25MM DE COMPRIMENTO - FABRICADAS EM NÍQUEL-TITÂNIO. EMBALAGEM SORTIDA DE 06 UNIDADES CONTENDO S1, S2, F1, F2, F3, SX.</p>		
4	24524	<p><b>Nome:</b> "LIMA USO ODONTOLÓGICO MODELO SCHLUGER TAMANHO Nº 9-10 COMPRIMENTO 8 MM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO - 155 MM.</p> <p><b>Especificação:</b> "LIMA USO ODONTOLÓGICO MODELO SCHLUGER TAMANHO Nº 9-10 COMPRIMENTO 8 MM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO - 155 MM. ESPESSURA DO CABO - 8 MM. LARGURA CÔNICA DAS PONTAS ATIVAS - DE 2 A 1 MM. ESPESSURA CÔNICA DAS PONTAS ATIVAS - DE 1,5 A 0,9 MM. COMPRIMENTO DAS PONTAS ATIVAS - 14,5 MM. CARACTERÍSTICA ADICIONAIS CABO OCO. VALIDADE INDETERMINADA OU DO FABRICANTE.</p>	UND	10,0000
5	24527	<p><b>Nome:</b> "LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA, ÓLEO MINERAL APRESENTAÇÃO SPRAY 200ML PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO E BAIX</p> <p><b>Especificação:</b> "LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA, ÓLEO MINERAL APRESENTAÇÃO SPRAY 200ML PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO E BAIXA ROTAÇÃO. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	UND	650,0000
	24591	<p><b>Nome:</b> "LUVA DE LÁTEX, GROSSA, FORRO LISO, ACABAMENTO VERNIZ SILVER, HIPOALERGÊNICA, ANTIDERRAPANTE TIPO COLMÉIA,</p> <p><b>Especificação:</b> "LUVA DE LÁTEX,</p>	UND	300,0000



GOVERNO MUNICIPAL  
Nossa Senhora do Socorro  
Sergipe

6		GROSSA, FORRO LISO, ACABAMENTO VERNIZ SILVER, HIPOALERGÊNICA, ANTIDERRAPANTE TIPO COLMÉIA, INDICADA PARA LAVAGEM DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS. EMBALAGEM COM 01 PAR		
7	24590	<b>Nome:</b> "MACROMODELO ODONTOLÓGICO COM ESCOVA, ARCOS SUPERIOR E INFERIOR, E LÍNGUA PARA DEMONSTRAÇÃO DE TÉCNICAS DE HIGIENE BUCAL <b>Especificação:</b> "MACROMODELO ODONTOLÓGICO COM ESCOVA, ARCOS SUPERIOR E INFERIOR, E LÍNGUA PARA DEMONSTRAÇÃO DE TÉCNICAS DE HIGIENE BUCAL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS	UND	40,0000
8	24589	<b>Nome:</b> "MANDRIL ODONTOLÓGICO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CONICO PARA LIXA (PONTA CÔNICA) PARA PEÇA DE MÃO RETA. <b>Especificação:</b> "MANDRIL ODONTOLÓGICO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CONICO PARA LIXA (PONTA CÔNICA) PARA PEÇA DE MÃO RETA. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS	UND	10,0000
9	24576	<b>Nome:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM COM FITA, ROLO 50CM, LARGURA DE 7 MM, USO DESCARTÁVEL <b>Especificação:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM COM FITA, ROLO 50CM, LARGURA DE 7 MM, USO DESCARTÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS	ROL	600,0000
	24577	<b>Nome:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO FITA, APRESENTAÇÃO ROLO 50CM, LARGURA 5MM, USO DESCARTÁVEL.	ROL	600,0000



Governo Municipal  
NOSSA SENHORA DO SOCORRO  
Sergipe

10		<b>Especificação:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO FITA, APRESENTAÇÃO ROLO 50CM, LARGURA 5MM, USO DESCARTÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.		
11	24575	<b>Nome:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL CLORETO DE POLIVINILA. APLICAÇÃO DENTES DECÍDUOS ANTERIORES E POSTERIORES, FORMATO COROAS <b>Especificação:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL CLORETO DE POLIVINILA. APLICAÇÃO DENTES DECÍDUOS ANTERIORES E POSTERIORES, FORMATO COROAS COMPLETAS, CX 64 UND, APRESENTAÇÃO CONJUNTO SORTIDO, TIPO DESCARTÁVEL, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS	CX	20,0000
12	24574	<b>Nome:</b> "MICROAPLICADOR FINO DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS <b>Especificação:</b> "MICROAPLICADOR FINO DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS	CX	900,0000
13	27501	<b>Nome:</b> "MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO ADULTO, MODELO DESDENTADO - MATERIAL ALUMINIO, PERFURADA TOTAL USO AUTOCLAVÁVEL. <b>Especificação:</b> "MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO ADULTO, MODELO DESDENTADO - MATERIAL ALUMINIO, PERFURADA TOTAL USO AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS "	PAR	10,0000
	24571	<b>Nome:</b> "ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E	UND	100,0000



Estado de Sergipe  
Município de NOSSA SENHORA DO SOCORRO  
Sergipe

14		<b>Especificação:</b> "ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNO, COM PROTEÇÃO LATERAL POMP VISION 3000H. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.		
15	24568	<b>Nome:</b> "PASTA ZINCO ENÓLICA, CAIXA COM 01 PASTA BASE 60G E 01 PASTA ACELERADORA COM 60G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS <b>Especificação:</b> "PASTA ZINCO ENÓLICA, CAIXA COM 01 PASTA BASE 60G E 01 PASTA ACELERADORA COM 60G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	CX	100,0000
16	24549	<b>Nome:</b> "PINÇA ATRAUMÁTICA DIETHRICH EM AÇO INOX COM 15 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO. <b>Especificação:</b> "PINÇA ATRAUMÁTICA DIETHRICH EM AÇO INOX COM 15 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO.	UND	10,0000
17	24584	<b>Nome:</b> "PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO PONTA CURVA GOIVA LUER COM 17 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. <b>Especificação:</b> "PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO PONTA CURVA GOIVA LUER COM 17 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO	UND	20,0000
18	24585	<b>Nome:</b> "PINÇA CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ALGODÃO, REF. 317, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. TAMANHO CERCA DE 17CM <b>Especificação:</b> "PINÇA CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ALGODÃO, REF. 317, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. TAMANHO CERCA	UND	150,0000

		DE 17CM. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO.		
19	24587	<p><b>Nome:</b> "PINÇA ENDODÔNTICA COM TRAVAS, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL</p> <p><b>Especificação:</b> "PINÇA ENDO-DÔNTICA COM TRAVAS, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.</p>	UND	20,0000
20	26141	<p><b>Nome:</b> LIMAS ROTATÓRIAS DE NÍQUEL TITÂNIO ACIONADAS A MOTOR, COM MÚLTICONICIDADE, 13MM NO MANDRIL</p> <p><b>Especificação:</b> LIMAS ROTATÓRIAS DE NÍQUEL TITÂNIO ACIONADAS A MOTOR, COM MÚLTICONICIDADE, 13MM NO MANDRIL INDICADA PARA PREPARO DOS CANAIS RADICULARES DE 21MM DE COMPRIMENTO. KIT COM 06 LIMAS. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS</p>	KIT	100,0000
21	26142	<p><b>Nome:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA AEROSSÓIS, TIPO RESPIRADOR N95 OU PFF2, SEM VÁLVULA, COM MÍNIMO DE 94%</p> <p><b>Especificação:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA AEROSSÓIS, TIPO RESPIRADOR N95 OU PFF2, SEM VÁLVULA, COM MÍNIMO DE 94% DE EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO, CONTENDO CERTIFICAÇÃO DA ANVISA E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</p>	UND	25.000.0000
	26325	<p><b>Nome:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, CX C/50 UND</p>	CX	650,0000

22		<b>Especificação:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 50 UNIDADES		
23	5409	<b>Nome:</b> MICROAPLICADOR REGULAR DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. <b>Especificação:</b> MICROAPLICADOR REGULAR DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	CX	900.0000
24	27502	<b>Nome:</b> Microtesoura Castroviejo Curva 11Cm; Em Aço Inox; Curva; Tamanho 11Cm; Uso Odontológico; C/No Mínimo 10 Anos De Garantia <b>Especificação:</b> Microtesoura Castroviejo Curva 11Cm; Em Aço Inox; Curva; Tamanho 11Cm; Uso Odontológico; C/No Mínimo 10 Anos De Garantia Contra Defeitos De Fabricação; Registro No Ministério Da Saúde	UND	5.0000
25	27676	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº8 <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº8, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº8, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	PAR	5.0000
	27677	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº6	PAR	5.0000

26		<b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº6 - MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº6 - MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.		
27	27679	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº 5  <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº5, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, USO AUTOCLAVE. <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, TAMANHO Nº 5, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	PAR	5.0000
28	27672	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº1  <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº1, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAV. <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº1, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS.	PAR	5,0000
	27673	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E IN-	PAR	5.0000

29		<p>FERIOR ADULTO TAMANHO Nº2</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº2, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAV. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº2, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS.</p>		
30	27675	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº3</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº3, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº3, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	PAR	5.0000
31	27674	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº4</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº4, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAV. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº4, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS.</p>	PAR	5.0000
	27678	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGI-	PAR	5.0000

32		<p>CA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº7</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº7 - MATERIAL PLÁSTICO MODELO DENTADOS, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº7 - MATERIAL PLÁSTICO MODELO DENTADOS, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>		
33	5711	<p><b>Nome:</b> ÓXIDO DE ZINCO. ASPECTO FÍSICO: PÓ FINISSIMO, BRANCO AMAARELADO, FORMULA QUÍMICA ZNO, PESO MOLECULAR 81,38 G/MOL GRA</p> <p><b>Especificação:</b> ÓXIDO DE ZINCO. ASPECTO FÍSICO: PÓ FINISSIMO, BRANCO AMAARELADO, FORMULA QUÍMICA ZNO, PESO MOLECULAR 81,38 G/MOL GRAU DE PUREZA MINIMA DE 99%. EMBALAGEM 50 G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	UND	50,0000
34	27503	<p><b>Nome:</b> Pano Multiuso, Absorvente, Retém Sujeira E De Fácil Enxágue, Unidade De Fornecimento: Rolo Medindo 300 Metros</p> <p><b>Especificação:</b> Pano Multiuso, Absorvente, Retém Sujeira E De Fácil Enxágue, Unidade De Fornecimento: Rolo Medindo 300 Metros</p>	ROL	500,0000
35	5747	<p><b>Nome:</b> PAPACÁRIE (GEL A BASE DE PAPAÍNA PARA REMOÇÃO BIOMECÂNICA DA CÁRIE DENTÁRIA) COM 1 ML</p> <p><b>Especificação:</b> PAPACÁRIE (GEL A BASE DE PAPAÍNA PARA REMOÇÃO BIOMECÂNICA DA CÁRIE DENTÁRIA) COM 1 ML. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	UND	30,0000
	5752	<p><b>Nome:</b> PAPEL CARBONO PARA</p>	PCT	2.000,0000

36		<p>ARTICULAÇÃO. DUPLA FACE, 2 CORES, FORMATO FITA, USO DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM 12 FOLHAS</p> <p><b>Especificação:</b> PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO. DUPLA FACE, 2 CORES, FORMATO FITA, USO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 12 FOLHAS. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>		
37	26147	<p><b>Nome:</b> PAPEL TOALHA INTERFOLHAS BRANCO, 2 DOBRAS, 20X21CM, PARA SECAGEM DE MÃOS</p> <p><b>Especificação:</b> PAPEL TOALHA INTERFOLHAS BRANCO, 2 DOBRAS, 20X21CM, PARA SECAGEM DE MÃOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES</p>	UND	1.000.0000
38	5813	<p><b>Nome:</b> PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO. ASPECTO FISICO LIQUIDO, FRASCO COM 20 ML, POSSUI FURACIN E NITROFUZZAZONA EM SUA COMPOSIÇÃO</p> <p><b>Especificação:</b> PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO. ASPECTO FISICO LIQUIDO, FRASCO COM 20 ML, POSSUI FURACIN E NITROFUZZAZONA EM SUA COMPOSIÇÃO. AÇÃO BACTERICIDA DE AMPLO ESPECTRO. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	FRC	50,0000
39	5829	<p><b>Nome:</b> PASTA PARA ACABAMENTO DE RESINA À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO GRANULAÇÃO EXTRAFINA DE 6 A 8 MICRONS COM 4G</p> <p><b>Especificação:</b> PASTA PARA ACABAMENTO DE RESINA À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO GRANULAÇÃO EXTRAFINA DE 6 A 8 MICRONS COM 4G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	UND	200.0000
	5834	<p><b>Nome:</b> PASTA PROFILÁTICA (PROPHYCARE)</p>	UND	1.000.0000

40		<b>Especificação:</b> PASTA PROFILATI- CA ( PROPHYCARE)		
41	5845	<b>Nome:</b> PEDRA PARA AFIAR INS- TRUMENTAIS (ARKANSAS OU ÍN- DIA) <b>Especificação:</b> PEDRA PARA AFI- AR INSTRUMENTAIS (ARKANSAS OU ÍNDIA). VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	UND	30,0000
42	14712	<b>Nome:</b> PEDRA POMES MATERIAL ROCHA MAGNETICA COR BRAN- CA <b>Especificação:</b> PEDRA POMES MATERIAL ROCHA MAGNETICA COR BRANCA – PÓ ABRASIVO, EXTRA-FINO.FRASCO 100G - USO ODONTOLÓGICO. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	FRC	250,0000
43	13116	<b>Nome:</b> PERFURADOR DE LENÇOL DE BORRACHA AINSWORTH, AU- TOCLAVAVEL, AÇO INOXIDAVEL, PERFURA O LENÇOL EM 5 DIA- MENTROS DIFERENTES VA <b>Especificação:</b> PERFURADOR DE LENÇOL DE BORRACHA AINSWORTH, AUTOCLAVAVEL, AÇO INOXIDAVEL, PERFURA O LENÇOL EM 5 DIAMENTROS DIFE- RENTES VALIDADE MÍNIMO DE 10 ANOS.	UND	10,0000
44	26150	<b>Nome:</b> PINÇA CIRÚRGICA MATE- RIAL AÇO INOXIDÁVEL MODELO BACKHAUS COM 13CM <b>Especificação:</b> PINÇA CIRÚRGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL MO- DELO BACKHAUS COM 13CM. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO.	UND	5,0000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **01 (um) ano**, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. A eventual prorrogação deverá ser formalizada **antes do término da vigência inicial da ata** e implicará a renovação integral dos quantitativos originalmente registrados, com o cancelamento automático de eventual saldo remanescente não utilizado ao final do primeiro período de vigência.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A necessidade de aquisição de Materiais Odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro surge da importância de garantir o acesso às consultas odontológicas, para poder prestar o melhor atendimento aos munícipes de Nossa Senhora do Socorro/SE.

2.3. O Levantamento das necessidades foi realizado com base em consultas aos responsáveis pelos setores e unidades de saúde e setores administrativos. As informações coletadas evidenciam a carência da demanda dos Materiais Odontológicos.

2.4. A necessidade está evidenciada pela ausência desses Materiais Odontológicos, o que compromete a qualidade do atendimento e pode resultar em problemas de saúde. A falta de Materiais Odontológicos apropriados também impacta diretamente na eficiência e organização do trabalho nas unidades de saúde, uma vez que os profissionais odontólogos enfrentam dificuldades para fornecer um atendimento de qualidade sem os materiais adequados.

2.5. Portanto, a aquisição de Materiais Odontológicos é uma medida estratégica para atender as exigências operacionais e garantir o bem-estar dos pacientes, conforme o planejamento das atividades de saúde pública no município de Nossa Senhora do Socorro. O fornecimento regular desses materiais é fundamental para a continuidade de consultas odontológicas adequadas e a prevenção de complicações de saúde que poderiam demandar tratamentos mais caros e invasivos.

2.6. O objeto da contratação encontra-se previsto no **Plano de Contratações Anual (PCA) 2026**, conforme demonstrativo juntado aos autos.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como, para a redução dos impactos ambientais.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de se tratar de material consumo e o valor da contratação é baixo pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados do envio da nota de empenho, sob demanda.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua São João nº 724. Conj. Parque dos Faróis Nossa Senhora do Socorro/Se CEP: 49-160-000, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

5.4. O recebimento provisório dos bens ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência preliminar das especificações, quantidades e integridade dos produtos, para fins de verificação inicial da conformidade com este Termo de Referência.

- 5.5. Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício ou desconformidade dos produtos entregues, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de 10 **(dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação.
- 5.6. Para fins de contagem dos prazos de recebimento e substituição, considerar-se-á como termo inicial a data da efetiva entrega dos produtos no local indicado pela Administração.
- 5.7. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Sendo que fiscalização técnica e administrativa, podem ser executadas pela mesma pessoa, mas gestão do contrato por pessoa diversa; nos termos da Lei Municipal nº 1.641/2023 e Decreto nº 11.246/2022.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.15.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. 7.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos produtos mediante o envio da Ordem de Fornecimento, a ser repassada por endereço eletrônico ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;

2. 7.2. Notificar o fornecedor acerca de qualquer irregularidade identificada no fornecimento dos materiais, preferencialmente durante o prazo de recebimento definitivo de até 10 (dez) dias úteis para que sejam adotadas as providências cabíveis quanto à substituição ou correção dos produtos.

3. 7.3. Atestar o efetivo fornecimento dos produtos, assinando a comprovação de entrega;

4. 7.4. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas neste instrumento;

5. 7.5. Manter preposto, formalmente designado pela secretaria, para fiscalizar a entrega dos Produtos.

6. 7.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

7. 7.7. Inspecionar os objetos entregues, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido;

8. 7.8. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos produtos;

9. 7.9. Fornece a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se:

8.1.1 fornecer os produtos em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas;

8.1.2 Responsabilizar-se integralmente pelos produtos fornecidos, nos termos da legislação vigente;

8.1.3 Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados ao fornecimento dos produtos, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, conforme item 5.4 deste TR;

8.1.4 Assegurar a CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, mandar refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para o Município de Nossa Senhora do Socorro, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização eximirá a mesma de suas responsabilidades;

8.1.5 Apresentar documento fiscal específico discriminando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total;

8.1.6 Solicitar em tempo hábil, todas as informações que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

9.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4 **Multa:**

9.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

9.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) até 20% do valor da contratação.

9.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", até 20% (vinte por cento);

9.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", até 10% (dez por cento).

9.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez por cento) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

9.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

9.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;

9.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

10.1. O recebimento ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar de envio da nota de empenho ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado no seguinte endereço: Rua São João nº 724. Conj. Parque dos Faróis Nossa Senhora do Socorro/Se CEP: 49-160-000, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O prazo para recebimento poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.6. O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.7. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

10.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.10.1 O prazo de validade;

- 10.10.2 A data da emissão;
- 10.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.10.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 10.10.5 O valor a pagar;
- 10.10.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 10.13.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 10.13.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

10.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

10.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice INPC/IBGE de correção monetária.

#### Forma de pagamento

10.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Reajuste

10.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

11.2. O fornecimento do objeto será parcelado sob demanda.

### **Exigências de habilitação**

11.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

11.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

11.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

11.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

11.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

11.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### Qualificação Técnica

11.30. A comprovação de aptidão para o fornecimento, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação ou com o item pertinente, deverá ser realizada mediante a apresentação de atestado (s) emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.31. Caso solicitado pela Administração, o fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da autenticidade dos atestados apresentados, incluindo, entre outros documentos:

- a) Cópia do contrato que originou a contratação;
- b) Endereço atualizado da contratante;
- c) Local onde foi executado o objeto. O fabricante dos Materiais Odontológicos ofertados deverá possuir Autorização de Funcionamento válida, expedida pelo Ministério da Saúde.

11.33. Deverá ser encaminhado, juntamente com a proposta comercial, folder e/ou prospecto técnico dos Materiais Odontológicos ofertados, contendo informações detalhadas sobre suas especificações.

#### Disposições gerais sobre habilitação

11.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.38 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23, §§ 1º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada com observância dos parâmetros legalmente admitidos, visando assegurar a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado.**

12.2. Considerando que os itens objeto da presente contratação são destinados à participação exclusiva de **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a pesquisa mercadológica considerou, sempre que possível, fornecedores compatíveis com esse regime jurídico diferenciado.

12.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, com fulcro no art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.5.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

12.5.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Nossa Senhora do Socorro para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no(a) respectivo(a) contrato ou instrumento equivalente.

#### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas

Nossa Senhora do Socorro, 19 de maio de 2026.

---

**Maria das Graças Resende Conegundes Barbosa**  
Coordenadora de Logística

---

Raul Palma Galvão Lima Júnior  
SETOR DE LICITAÇÃO

**ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA**

Item	Cod	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	24572	<p><b>Nome:</b> "MINI INCUBADORA LABORATÓRIO AJUSTE COM INTERRUPTOR, PARA USO COM INDICADOR BIOLÓGICO TEMPERATURA ATÉ 60°C, CAPACIDADE</p> <p><b>Especificação:</b> "MINI INCUBADORA LABORATÓRIO AJUSTE COM INTERRUPTOR, PARA USO COM INDICADOR BIOLÓGICO TEMPERATURA ATÉ 60°C, CAPACIDADE DE ATÉ 5 INDICADORES BIOLÓGICOS</p>	UND	5,0000		
2	24514	<p><b>Nome:</b> "LIMA K Nº 6 - 31mm CABO PLÁSTICO E PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4310, ELETRO POLIDA, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 3</p> <p><b>Especificação:</b> "LIMA K Nº 6 - 31mm CABO PLÁSTICO E PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4310, ELETRO POLIDA, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 302(304) COM 17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL, APROXIMADAMENTE, FABRICADO POR USINAGEM E CORTE PRECISO COM 06 UNIDADES. VALIDADE INDETERMINADA OU DO FABRICANTE.</p>	CX	20,0000		
	24520	<p><b>Nome:</b> "LIMA ROTATÓRIA UNIVERSAL 25MM DE COMPRIMENTO - FABRICADAS EM NÍQUEL-TITÂNIO EMBALAGEM SORTIDA DE 06 UNIDADES</p>	KIT	100,0000		

3		<p><b>Especificação:</b> "LIMA ROTATÓRIA UNIVERSAL 25MM DE COMPRIMENTO - FABRICADAS EM NÍQUEL-TITÂNIO. EMBALAGEM SORTIDA DE 06 UNIDADES CONTENDO S1, S2, F1, F2, F3, SX.</p>				
4	24524	<p><b>Nome:</b> "LIMA USO ODONTOLÓGICO MODELO SCHLUGER TAMANHO Nº 9-10 COMPRIMENTO 8 MM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO – 155 MM.</p> <p><b>Especificação:</b> "LIMA USO ODONTOLÓGICO MODELO SCHLUGER TAMANHO Nº 9-10 COMPRIMENTO 8 MM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO – 155 MM. ESPESSURA DO CABO – 8 MM. LARGURA CÔNICA DAS PONTAS ATIVAS – DE 2 A 1 MM. ESPESSURA CÔNICA DAS PONTAS ATIVAS – DE 1,5 A 0,9 MM. COMPRIMENTO DAS PONTAS ATIVAS – 14,5 MM. CARACTERÍSTICA ADICIONAIS CABO OCO. VALIDADE INDETERMINADA OU DO FABRICANTE.</p>	UND	10,0000		
5	24527	<p><b>Nome:</b> "LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÓLEO MINERAL APRESENTAÇÃO SPRAY 200ML PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO E BAIX</p> <p><b>Especificação:</b> "LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÓLEO MINERAL APRESENTAÇÃO SPRAY 200ML PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO E BAIXA ROTAÇÃO. VALIDADE MÍNIMO</p>	UND	650,0000		



		DE 02 ANOS.				
6	24591	<p><b>Nome:</b> "LUVA DE LÁTEX, GROSSA, FORRO LISO, ACABAMENTO VERNIZ SILVER, HIPOALERGÊNICA, ANTIDERRAPANTE TIPO COLMÉIA,</p> <p><b>Especificação:</b> "LUVA DE LÁTEX, GROSSA, FORRO LISO, ACABAMENTO VERNIZ SILVER, HIPOALERGÊNICA, ANTIDERRAPANTE TIPO COLMÉIA, INDICADA PARA LAVAGEM DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS. EMBALAGEM COM 01 PAR</p>	UND	300,0000		
7	24590	<p><b>Nome:</b> "MACROMODELO ODONTOLÓGICO COM ESCOVA, ARCOS SUPERIOR E INFERIOR, E LÍNGUA PARA DEMONSTRAÇÃO DE TÉCNICAS DE HIGIENE BUCAL</p> <p><b>Especificação:</b> "MACROMODELO ODONTOLÓGICO COM ESCOVA, ARCOS SUPERIOR E INFERIOR, E LÍNGUA PARA DEMONSTRAÇÃO DE TÉCNICAS DE HIGIENE BUCAL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS</p>	UND	40,0000		
8	24589	<p><b>Nome:</b> "MANDRIL ODONTOLÓGICO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CÔNICO PARA LIXA (PONTA CÔNICA) PARA PEÇA DE MÃO RETA.</p> <p><b>Especificação:</b> "MANDRIL ODONTOLÓGICO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CÔNICO PARA LIXA (PONTA CÔNICA) PARA PEÇA DE MÃO RETA. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS</p>	UND	10,0000		



9	24576	<p><b>Nome:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM COM FITA, ROLO 50CM, LARGURA DE 7 MM, USO DESCARTÁVEL</p> <p><b>Especificação:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM COM FITA, ROLO 50CM, LARGURA DE 7 MM, USO DESCARTÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS</p>	ROL	600,0000		
10	24577	<p><b>Nome:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO FITA, APRESENTAÇÃO ROLO 50CM, LARGURA 5MM, USO DESCARTÁVEL.</p> <p><b>Especificação:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO FITA, APRESENTAÇÃO ROLO 50CM, LARGURA 5MM, USO DESCARTÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	ROL	600,0000		
11	24575	<p><b>Nome:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL CLORETO DE POLIVINILA. APLICAÇÃO DENTES DECÍDUOS ANTERIORES E POSTERIORES, FORMATO COROAS</p> <p><b>Especificação:</b> "MATRIZ ODONTOLÓGICA MATERIAL CLORETO DE POLIVINILA. APLICAÇÃO DENTES DECÍDUOS ANTERIORES E POSTERIORES, FORMATO COROAS COMPLETAS, CX 64 UND. APRESENTAÇÃO CONJUNTO SORTIDO, TIPO DESCARTÁVEL, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS</p>	CX	20,0000		



12	24574	<b>Nome:</b> "MICROAPLICADOR FINO DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS" <b>Especificação:</b> "MICROAPLICADOR FINO DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS"	CX	900.0000		
13	27501	<b>Nome:</b> "MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO ADULTO, MODELO DESDENTADO - MATERIAL ALUMÍNIO, PERFURADA TOTAL USO AUTOCLAVÁVEL" <b>Especificação:</b> "MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO ADULTO, MODELO DESDENTADO - MATERIAL ALUMÍNIO, PERFURADA TOTAL USO AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS."	PAR	10.0000		
14	24571	<b>Nome:</b> "ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E" <b>Especificação:</b> "ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI EMBAÇANTE NOS LADOS INTERNOS E EXTERNO, COM PROTEÇÃO LATERAL POMP VISION 3000H. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS."	UND	100.0000		
	24568	<b>Nome:</b> "PASTA ZINCO ENÓLICA, CAIXA COM 01 PASTA BASE 60G E 01 PASTA ACELERADORA"	CX	100.0000		

15		COM 60G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS  <b>Especificação:</b> "PASTA ZINCO ENÓLICA, CAIXA COM 01 PASTA BASE 60G E 01 PASTA ACELERADORA COM 60G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.				
16	24549	<b>Nome:</b> "PINÇA ATRAUMÁTICA DIETHRICH EM AÇO INOX COM 15 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO.  <b>Especificação:</b> "PINÇA ATRAUMÁTICA DIETHRICH EM AÇO INOX COM 15 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO.	UND	10,0000		
17	24584	<b>Nome:</b> "PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO PONTA CURVA GOIVA LUER COM 17 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.  <b>Especificação:</b> "PINÇA CIRÚRGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO PONTA CURVA GOIVA LUER COM 17 cm. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GARANTIA: 01 ANO	UND	20,0000		
18	24585	<b>Nome:</b> "PINÇA CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ALGODÃO, REF. 317, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. TAMANHO CERCA DE 17CM  <b>Especificação:</b> "PINÇA CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ALGODÃO, REF. 317, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. TAMANHO CERCA DE 17CM. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. GA-	UND	150,0000		



		RANTIA: 01 ANO.				
19	24587	<b>Nome:</b> "PINÇA ENDO-DÔNTICA COM TRAVAS, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL <b>Especificação:</b> "PINÇA ENDODÔNTICA COM TRAVAS, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	UND	20.0000		
20	26141	<b>Nome:</b> LIMAS ROTATÓRIAS DE NÍQUEL TITÂNIO ACIONADAS A MOTOR, COM MÚLTICONICIDADE, 13MM NO MANDRIL <b>Especificação:</b> LIMAS ROTATÓRIAS DE NÍQUEL TITÂNIO ACIONADAS A MOTOR, COM MÚLTICONICIDADE, 13MM NO MANDRIL INDICADA PARA PREPARO DOS CANAIS RADICULARES DE 21MM DE COMPRIMENTO. KIT COM 06 LIMAS. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	KIT	100,0000		
21	26142	<b>Nome:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA AEROSSÓIS, TIPO RESPIRADOR N95 OU PFF2, SEM VÁLVULA, COM MÍNIMO DE 94% <b>Especificação:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA AEROSSÓIS, TIPO RESPIRADOR N95 OU PFF2, SEM VÁLVULA, COM MÍNIMO DE 94% DE EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO, CONTENDO CERTIFICAÇÃO DA ANVISA E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	UND	25.000,0000		



22	26325	<b>Nome:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, CX C/50 UND <b>Especificação:</b> MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	650,0000		
23	5409	<b>Nome:</b> MICROAPLICADOR REGULAR DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. <b>Especificação:</b> MICROAPLICADOR REGULAR DESCARTÁVEL FLEXÍVEL COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	CX	900,0000		
24	27502	<b>Nome:</b> Microtesoura Castroviejo Curva 11Cm; Em Aço Inox; Curva; Tamanho 11Cm; Uso Odontológico; C/No Mínimo 10 Anos De Garantia <b>Especificação:</b> Microtesoura Castroviejo Curva 11Cm; Em Aço Inox; Curva; Tamanho 11Cm; Uso Odontológico; C/No Mínimo 10 Anos De Garantia Contra Defeitos De Fabricação; Registro No Ministério Da Saúde	UND	5,0000		
	27676	<b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº8 <b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR	PAR	5,0000		

25		<p>OR ADULTO, TAMANHO Nº8, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº8, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>				
26	27677	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº6</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº6 - MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº6 - MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	PAR	5,0000		
27	27679	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº 5</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº5, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO</p>	PAR	5,0000		

		DENTADO, TAMANHO Nº 5, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.			
28	27672	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº1</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº1, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAV. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº1, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS.</p>	PAR	5,0000	
29	27673	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº2</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº2, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAV. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº2, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS.</p>	PAR	5,0000	



30	27675	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº3</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº3, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº3, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADO, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	PAR	5,0000		
31	27674	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº4</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº4, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAV. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº4, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO DENTADOS, PERFURADA, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS.</p>	PAR	5,0000		
	27678	<p><b>Nome:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO TAMANHO Nº7</p> <p><b>Especificação:</b> MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICA-</p>	PAR	5,0000		



32		ÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº7 - MATERIAL PLÁSTICO MODELO DENTADOS, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVE. ESPECIFICAÇÃO: MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, APLICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR ADULTO, TAMANHO Nº7 - MATERIAL PLÁSTICO MODELO DENTADOS, PERFURADA TOTAL, USO AUTOCLAVÁVEL, VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.				
33	5711	<b>Nome:</b> ÓXIDO DE ZINCO. ASPECTO FÍSICO: PÓ FINISSIMO, BRANCO AMAARELADO, FORMULA QUÍMICA ZNO, PESO MOLECULAR 81,38 G/MOL GRA <b>Especificação:</b> ÓXIDO DE ZINCO, ASPECTO FÍSICO: PÓ FINISSIMO, BRANCO AMAARELADO, FORMULA QUÍMICA ZNO, PESO MOLECULAR 81,38 G/MOL GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, EMBALAGEM 50 G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	UND	50,0000		
34	27503	<b>Nome:</b> Pano Multiuso, Absorvente, Retém Sujeira E De Fácil Enxágue. Unidade De Fornecimento: Rolo Medindo 300 Metros <b>Especificação:</b> Pano Multiuso, Absorvente, Retém Sujeira E De Fácil Enxágue, Unidade De Fornecimento: Rolo Medindo 300 Metros	ROL	500,0000		
35	5747	<b>Nome:</b> PAPACÁRIE (GEL A BASE DE PAPAÍNA PARA REMOÇÃO BIOMECÂNICA DA CÁRIE DENTÁRIA) COM 1 ML <b>Especificação:</b> PAPA-	UND	30,0000		



		CÁRIE (GEL A BASE DE PAPAÍNA PARA REMOÇÃO BIOMECÂNICA DA CÁRIE DENTÁRIA) COM 1 ML VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.				
36	5752	<b>Nome:</b> PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO. DUPLA FACE, 2 CORES, FORMATO FITA, USO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 12 FOLHAS <b>Especificação:</b> PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO DUPLA FACE, 2 CORES, FORMATO FITA, USO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 12 FOLHAS. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	PCT	2.000,0000		
37	26147	<b>Nome:</b> PAPEL TOALHA INTERFOLHAS BRANCO, 2 DOBRAS, 20X21CM, PARA SECAGEM DE MÃOS <b>Especificação:</b> PAPEL TOALHA INTERFOLHAS BRANCO, 2 DOBRAS, 20X21CM, PARA SECAGEM DE MÃOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES	UND	1.000,0000		
38	5813	<b>Nome:</b> PARAMONOCLO-ROFENOL CANFORADO. ASPECTO FISICO LIQUIDO, FRASCO COM 20 ML, POSSUI FURACIN E NITROFUZONA EM SUA COMPOSIÇÃO <b>Especificação:</b> PARAMONOCLO-ROFENOL CANFORADO. ASPECTO FISICO LIQUIDO, FRASCO COM 20 ML, POSSUI FURACIN E NITROFUZONA EM SUA COMPOSIÇÃO. AÇÃO BACTERICIDA DE AMPLO ESPECTRO. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.	FRC	50,0000		

39	5829	<p><b>Nome:</b> PASTA PARA ACABAMENTO DE RESINA À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO GRANULAÇÃO EXTRAFINA DE 6 A 8 MICRONS COM 4G</p> <p><b>Especificação:</b> PASTA PARA ACABAMENTO DE RESINA À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO GRANULAÇÃO EXTRAFINA DE 6 A 8 MICRONS COM 4G. VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS.</p>	UND	200,0000		
40	5834	<p><b>Nome:</b> PASTA PROFILÁTICA ( PROPHYCARE)</p> <p><b>Especificação:</b> PASTA PROFILÁTICA ( PROPHYCARE)</p>	UND	1.000,0000		
41	5845	<p><b>Nome:</b> PEDRA PARA AFILAR INSTRUMENTAIS (ARKANSAS OU ÍNDIA)</p> <p><b>Especificação:</b> PEDRA PARA AFILAR INSTRUMENTAIS (ARKANSAS OU ÍNDIA). VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.</p>	UND	30,0000		
42	14712	<p><b>Nome:</b> PEDRA POMES MATERIAL ROCHA MAGNÉTICA COR BRANCA</p> <p><b>Especificação:</b> PEDRA POMES MATERIAL ROCHA MAGNÉTICA COR BRANCA – PÓ ABRASIVO, EXTRA-FINO. FRASCO 100G - USO ODONTOLÓGICO. VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.</p>	FRC	250,0000		
43	13116	<p><b>Nome:</b> PERFURADOR DE LENÇOL DE BORRACHA AINSWORTH, AUTOCLAVAVEL, AÇO INOXIDAVEL, PERFURA O LENÇOL EM 5 DIAMENTROS DIFERENTES VA</p>	UND	10,0000		

		<b>Especificação:</b> PERFURADOR DE LENÇOL DE BORRACHA AINSWORTH, AUTOCALAVAVEL, AÇO INOXIDAVEL, PERFURA O LENÇOL EM 5 DIAMENTROS DIFERENTES VALIDADE MÍNIMO DE 10 ANOS.				
44	26150	<b>Nome:</b> PINÇA CIRÚRGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL MODELO BACKHAUS COM 13CM  <b>Especificação:</b> PINÇA CIRÚRGICA MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL MODELO BACKHAUS COM 13CM. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS, GARANTIA: 01 ANO.	UND	5.0000		

Valor total por extenso: R\$ XXXXXXXXXX

(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX),

Validade da Proposta: no mínimo 90 dias;

Telefone/Fax: (xx) xxxx-xxxx;

e-mail:(fundamental para o envio da Nota de Empenho);

Agência: (xxxxx) No da Conta Corrente: (xxxxx)

\_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Assinatura do representante legal

Nº da Conta Corrente: (xxxxx)



**APÊNDICE 01 DO ANEXO II**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(O ARQUIVO DO ETP FOI ANEXADO JUNTAMENTE  
COM O EDITAL DE LICITAÇÃO)**



**APÊNDICE 02 DO ANEXO II**

**MAPA DE RISCO**

**(O ARQUIVO DO MAPA DE RISCO FOI ANEXADO JUNTAMENTE  
COM O EDITAL DE LICITAÇÃO)**

### ANEXO III

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

O **Município de Nossa Senhora do Socorro/SE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.128.814/0001-58, com sede na Av. Vereador João Dias da Cruz, s/n, Centro Administrativo José do Prado Franco, Bairro Centro Histórico, neste Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, neste ato representado por seu Prefeito, o Senhor **Samuel Carvalho dos Santos Júnior**, CPF nº 007.XXX.XXX-31, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.113.056/0001-39, com endereço na Praça Antônio Carlos Valadares, s/n, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49150-000, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **Adriana Menezes de Souza**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 008.XXX.XXX-64 e portadora da Cédula de Identidade nº XXX XXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por meio da **Secretaria Municipal de Saúde**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representada por sua Secretária Municipal, a Senhora **Adriana Menezes de Souza**, CPF nº 008.XXX.XXX-64, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, para **Registro de Preços nº XX/2026/SRP/SEMUSA**, publicada em xx/xx/2026, nos autos do Processo Administrativo nº 07/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), observadas as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 19/2026/SRP**, sujeitando-se as partes às disposições do art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços visando futura e eventual Aquisição de Materiais Odontológicos (parte 04) para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro/SE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, o qual deverá observar o padrão de qualidade exigido e, ainda, o disposto no Edital de Licitação nº 19/2026 e seus anexos, que são partes integrantes e complementares desta Ata, juntamente à documentação e propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do Processo nº 07/2026, para atender as demandas do Município de Nossa Senhora do Socorro.

**Parágrafo Único** – Este instrumento não obriga as unidades participantes a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ser instaurados processos específicos para a contratação do(s) objeto(s) obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021. A prorrogação da Ata, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados e o eventual cancelamento de saldo remanescente ao término do primeiro ano, somente poderá ocorrer dentro do prazo de vigência da própria Ata e desde que atendidos os requisitos previstos no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

**Parágrafo único** – A ata de registro de preços estará vigente até que seja consumida a totalidade do quantitativo registrado ou até o termo final do seu prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O gerenciamento desta ata caberá à Secretaria Municipal de Saúde no seu aspecto operacional e legal.

### **CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, a especificação do objeto, os quantitativos, as empresas fornecedoras e as representantes legais encontram-se elencados no Anexo 1 da presente Ata, em ordem de classificação das propostas por item.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO(S) LOCAL(IS) E PRAZOS(S) DE ATENDIMENTO**

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados do envio da nota de empenho, sob demanda.

**Parágrafo Primeiro** – Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**Parágrafo Segundo** – Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua São João nº 724, Conj. Parque dos Faróis Nossa Senhora do Socorro/Se CEP: 49-160-000, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

**Parágrafo terceiro** – O recebimento provisório dos bens ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência preliminar das especificações, quantidades e integridade dos produtos, para fins de verificação inicial da conformidade com este Termo de Referência.

**Parágrafo Quarto** – Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício ou desconformidade dos produtos entregues, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto** – Para fins de contagem dos prazos de recebimento e substituição, considerar-se-á como termo inicial a data da efetiva entrega dos produtos no local indicado pela Administração.

**Parágrafo Sexto** – O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

### **CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações, observadas as condições fixadas nesta ata e seus anexos e na legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro** – As contratações decorrentes deste instrumento serão efetuadas através de Ata de Registro de Preço ou instrumento equivalente, emitido pela(s) unidade(s) participante(s) e/ou aderente(s), con-

tendo: n.º da ata, nome da empresa, objeto, especificação, obrigações da Contratada, endereço e data da entrega;

**Parágrafo Segundo** – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**Parágrafo Quarto** – Os fornecedores selecionados deverão indicar representantes, às suas expensas, com poderes específicos para a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

**Parágrafo Quinto** – O fornecedor que deixar de assinar a ata de registro de preços no prazo fixado no ato de convocação será imediatamente excluído da ata, na forma do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Licitação, no Termo de Referência ou Projeto Básico.

**Parágrafo Sexto** – Nas hipóteses de recusa do fornecedor ou do seu não-comparecimento para assinatura da ata no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação antes de celebração da ata, o agente público deverá examinar a proposta subsequente, obedecida a ordem classificatória do processo de contratação de licitação, verificando a sua aceitabilidade e analisando o cumprimento dos requisitos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de um fornecedor que cumpra os requisitos do Edital de Licitação, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

São obrigações do detentor do preço registrado, além das demais previstas nesta Ata e nos Anexos que integram e complementam o Edital de Licitação nº 19/2026:

I – Executar o objeto contratado nos padrões estabelecidos nesta Ata e no Edital de Licitação, desde que formalizada a contratação, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente, bem como dar ciência à solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

III – dispor-se a toda e qualquer fiscalização da unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente, no tocante à execução do objeto, conforme contrato ou instrumento equivalente, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

IV – Possibilitar à unidade gestora efetuar vistoria nas instalações do fornecedor, a fim de verificar as condições para o atendimento do objeto registrado;

V – Comunicar imediatamente à unidade gestora qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

VI – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas reguladoras e pertinentes;

VII – fiscalizar a perfeita execução do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pela unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente;

VIII – indenizar terceiros, bem como a unidade participante e/ou aderente, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes;

IX – Manter, durante toda vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, que será observado, quando dos pagamentos à detentora do preço registrado;

X – Não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto contido na Ata ou no contrato ou instrumento equivalente, nem subcontratar, salvo autorização prévia e por escrito da unidade gestora;

XI – designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente durante a execução contratual;

XII – responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato.

XIII – Fornecer os produtos em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas;

XIV – Responsabilizar-se integralmente pelos produtos fornecidos, nos termos da legislação vigente;

XV – Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados ao fornecimento dos produtos, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, conforme item 5.4 deste TR;

XVI – Assegurar à Contratante o direito de fiscalizar, sustar, mandar refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para o Município de Nossa Senhora do Socorro, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização eximirá a mesma de suas responsabilidades;

XVII – Apresentar documento fiscal específico discriminando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total;

XVIII – Solicitar em tempo hábil, todas as informações que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DA UNIDADE GESTORA:**

A Secretaria Municipal De Saúde, na qualidade de órgão gerenciador da Ata, obriga-se a:

I – Gerenciar a ata de registro de preços;

II – Adotar as medidas de gerenciamento, através do sistema informatizado, necessárias a assegurar que seja concedida prioridade de contratação do objeto das cotas reservadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individual e cooperativas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

III – Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e, quando necessário, lavrar os correspondentes termos aditivos à ata para refletir os novos preços, divulgando-os às unidades participantes;

IV – Comunicar eventual prática de infrações administrativas pelo fornecedor à Comissão Permanente de Apuração de Infrações – CPAI, acompanhada dos meios de prova correspondentes.

**Parágrafo único** – A unidade gerenciadora da ata de registro de preços não responde pelos atos praticados pelas unidades participantes no âmbito de suas atribuições.

#### **CLÁUSULA NONA: DA ADESÃO À ATA POR UNIDADES NÃO-PARTICIPANTES (ADERENTES):**

**Parágrafo único** – Não será permitida a adesão de unidade não-participantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO PAGAMENTO**

Os prazos e condições para liquidação e pagamento, o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no item 10 do Termo de Referência, correspondente ao Anexo II do Edital de Licitação nº XX/2026.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A ata de registro de preços pode ser alterada nas seguintes situações:

I – em decorrência de variação dos preços praticados no mercado, seja por eventual redução dos preços; ou de fato que eleve o custo do objeto, cabendo à unidade gerenciadora da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores beneficiários da ata;

II – em decorrência de fato imprevisível, mediante solicitação do fornecedor, devidamente justificada e comprovada.

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a unidade gerenciadora deve convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo Segundo** – Se restar frustrada a negociação a que se refere o § 1º, o fornecedor deve ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, e o agente público deve convocar, conforme o caso, o fornecedor beneficiário de registro adicional de preço, contemplados em cadastro de reserva da ata, ou ainda adotar o procedimento a que se refere o § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deve proceder com o cancelamento do item, do grupo ou de toda a ata de registro de preços, conforme o caso.

**Parágrafo Quarto** – As alterações da ata devem ser formalizadas mediante Termo Aditivo, cabendo à unidade gerenciadora disponibilizar os preços registrados devidamente atualizados, bem como divulgar no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município, semestralmente, as respectivas alterações ocorridas no período.

**Parágrafo Quinto** – As alterações na ata de registro de preços passam a vigorar a partir da data da publicação do correspondente Extrato do Termo Aditivo na forma do parágrafo quarto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pela Unidade Gerenciadora

- a. o fornecedor descumprir as exigências da ata de registro de preços ou do Edital de Licitação;
- b. ficar comprovada a inexecução total ou parcial das obrigações dos contratos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço celebrados em decorrência de ata de registro de preços;
- c. o fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, após celebrar o contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço, não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela unidade participante, sem justificativa aceitável;
- d. apresentar variações superiores aos preços praticados no mercado e o fornecedor beneficiário da ata se recusar a adequá-los, na forma do art. 62 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e do art. 301 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso;
- e. caracterizar-se razões de interesse público, devidamente justificadas;
- f. for solicitado pelo fornecedor beneficiário da ata, em decorrência de fato de venha a comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

II – Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, em decorrência de fato que venha comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

**Parágrafo Primeiro** – A comunicação do cancelamento do preço registrado deve ser feita às unidades participantes e ao fornecedor beneficiário da ata mediante o encaminhamento de ofício ou de correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento pelo destinatário em qualquer dos casos.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de ser inacessível, desconhecido ou ignorado o endereço atual do fornecedor, a comunicação a que se refere o § 1º deve ser realizada mediante publicação de edital no Diário Oficial do Município de Nossa Senhora do Socorro, bem como através do endereço de e-mail do representante do fornecedor cadastrado junto à unidade gerenciadora da ata, considerando-se cancelado o registro na data da publicação oficial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

São obrigações do Fornecedor:

I – Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata serão de responsabilidade do Fornecedor;

II – O Fornecedor declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções referentes à execução do contrato e da ata de registro de preços são aquelas previstas no item 9 do Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no item 9.2.4 do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

II – Integram esta Ata o Edital de Licitação nº 19/2026 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada item/grupo;



III – É vedado caucionar ou utilizar a presente ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da unidade gerenciadora.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro de Nossa Senhora do Socorro do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Ata, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

**Adriana Menezes de Souza**  
Secretária Municipal de Saúde

**Nome completo do representante legal da contratada  
(razão social da contratada)**

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/20xx**

Este documento é parte integrante da Ata Final de Registro de Preços nº xxx/20xx celebrada entre a Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 19/2026.

**EMPRESA:** xxxxxxxxxxxx  
**CNPJ:** xxxxxxxxxxxx **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** xxxxxxxxxxxx  
**ENDEREÇO:** xxxxxxxxxxxx  
**TELEFONE:** (xx) xxxxxxxxxxxx  
**E-MAIL:** xxxxxxxxxxxx  
**REPRESENTANTE:** xxxxxxxxxxxx

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

**EMPRESA:** xxxxxxxxxxxx  
**CNPJ:** xxxxxxxxxxxx **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** xxxxxxxxxxxx  
**ENDEREÇO:** xxxxxxxxxxxx  
**TELEFONE:** (xx) xxxxxxxxxxxx  
**E-MAIL:** xxxxxxxxxxxx  
**REPRESENTANTE:** xxxxxxxxxxxx

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO XX/2026**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O presente instrumento de Contrato de fornecimento de um lado o **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO – ESTADO DE SERGIPE**, com a interveniência da **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.113.056/0001-39, com endereço na Praça Antônio Carlos Valadares, s/n, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49150-000, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **Adriana Menezes de Souza**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.-XX e portadora da Cédula de Identidade nº XXX.XXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXXXXXXXXXXX de XX de XXXXXXXXXXXXX de 202X, publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, do outro lado, a \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, inscrito no CNPJ/MF sob nº XXX.\*\*\*.\*\*\*-XX e portador da Cédula de Identidade nº XXX.XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 69/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 19/2026/SRP**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** Registro de preços visando futura e eventual Aquisição de Materiais Odontológicos (parte 04) para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro/SE, conforme condições, quantidades, especificações e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
....						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do Contrato, podendo ser prorrogado desde que atenda as disposições dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, nos termos dos artigos 91 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio da nota de empenho, sob demanda.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua São João nº 724. Conj. Parque dos Faróis Nossa Senhora do Socorro/Se CEP: 49-160-000, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

3.4. *O recebimento provisório dos bens ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência preliminar das especificações, quantidades e integridade dos produtos, para fins de verificação inicial da conformidade com este Termo de Referência.*

3.5. Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício ou desconformidade dos produtos entregues, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

3.6. Para fins de contagem dos prazos de recebimento e substituição, considerar-se-á como termo inicial a data da efetiva entrega dos produtos no local indicado pela Administração.

3.7. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

### **Modelo de gestão do contrato**

3.8. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

3.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

3.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.14. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

**3.19.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**3.20.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**3.21.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

**3.22.** Cabe ao gestor do contrato:

**3.22.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**3.22.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**3.22.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**3.22.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**3.22.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**3.22.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**3.22.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO**

##### **Liquidação**

**6.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**6.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**6.4.** O prazo de validade;

**6.5.** A data da emissão;

**6.6.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**6.7.** O período respectivo de execução do contrato;

**6.8.** O valor a pagar;

**6.9.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 6.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 6.13.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 6.14.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 6.15.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 6.16.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.17.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 6.18.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 6.19.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 6.20.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 6.21.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 6.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.24.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.25.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REEQUILÍBRIO**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25.02.2026.

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1.** Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos produtos mediante o envio da Ordem de Fornecimento, a ser repassada por endereço eletrônico ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;

**8.2.** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material, no prazo de 10 (dez) dias;

**8.3.** Atestar o efetivo fornecimento dos produtos, assinando a comprovação de entrega;

**8.4.** Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas neste instrumento;

**8.5.** Manter preposto, formalmente designado pela secretaria, para fiscalizar a entrega dos Produtos

**8.6.** Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela **CONTRATADA**;

**8.7.** Inspeccionar os objetos entregues, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido;

- f) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos produtos;
- h) Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1.** Na execução do objeto do contrato, obriga-se:

- a) fornecer os produtos em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas;
- b) Efetuar a entrega e execução do objeto em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Secretaria, em estrita observância das especificações do edital, termo de referência e da proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal constando detalhadamente a procedência e prazo de garantia;
- c) Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados ao fornecimento dos produtos;
- d) A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo;
- e) Assegurar a CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, mandar refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para o Município de Nossa Senhora do Socorro, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização eximirá a mesma de suas responsabilidades;
- f) Apresentar documento fiscal específico discriminando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total;
- g) Solicitar em tempo hábil, todas as informações que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- 11.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,07% (*sete centésimos por cento*) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (*sete centésimos por cento*) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (*dois por cento*), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (*dez por cento*) até 20% do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", até 20% (*vinte por cento*);

11.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de até 10% (*dez por cento*) do valor da contratação.

11.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", até 10% (*dez por cento*).

11.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de até 10% (*dez por cento*) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**11.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez por cento) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

**11.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**11.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.9.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.9.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**11.9.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.9.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**11.9.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**11.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

(CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.3.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.3.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.3.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**12.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.5.3.** Indenizações e multas

**12.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde deste exercício, na dotação a seguir:

**13.1.1.** Gestão/Unidade:

**13.1.2.** Fonte de Recursos:

**13.1.3.** Programa de Trabalho:

**13.1.4.** Elemento de Despesa:

**13.1.5.** Plano Interno:

**13.1.6.** Nota de Empenho:

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila; dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**16.1.** As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) e Decreto n.º 30.966 de 19 de junho de 2023, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão

do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**16.2.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**16.3.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**16.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**16.5.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**16.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**16.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**16.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**16.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**16.10.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**16.11.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1 Para qualquer ação decorrente deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Nossa Senhora do Socorro/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Nossa Senhora do Socorro (SE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**CONTRATANTE:**

**SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXX**

**CNPJ/MF sob nº XXXXXXXX**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Secretária Municipal de XXXXXXXX

**CONTRATADA:**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX**

**Responsável legal**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ C.P.F. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_ C.P.F. \_\_\_\_\_